

de 1980.

Finalmente, a 26 de maio de 1981 eles conseguem a "vitória final" com a Portaria nº 364 que entrega de vez a Federação o controle das casas de culto de Belém, alcançando com a medida a auto-gestão desejada.

O anúncio dessa portaria foi feita pelo próprio Secretário de Segurança durante o "Tambor das Flores" (10). Foi uma euforia coletiva: som de atabaques, foguetes, discursos, palmas e vivas à "nossa Liberdade" e ao Doutor S. C. foi feita uma prece aos Orixás, a Pai Oxalá, aos Pretos-Velhos por se ter conseguido mais uma vitória. Seguiu-se um jantar para o Secretário, esposa e Diretoria da Festa no meio ao qual o retrato do Secretário foi içado à parede na galeria dos beneméritos...

(10) Para se avaliar o significado desse ritual público e o papel que ele desempenha na Instituição, veja-se minha dissertação de Mestrado.

3 ESBOÇO DO QUADRO CONCEPTUAL E ANALÍTICO

Penso que para analisar o problema tal como ele se apresenta é básico o entendimento das articulações processadas no domínio político-jurídico-ideológico (onde situaria o Batuque enquanto religião), em sua relação com a estrutura ou instância infra-estrutural; esta, constituída pelo sistema específico de organização de um certo grupo humano em relação aos seus recursos materiais, necessários ao próprio grupo.

Partindo de conceitos da teoria marxista (11) chamaríamos de modo de produção à organização dessa atividade de produção e reprodução da vida humana (e meios adequados de manter tal organização). Cada modo de produção estabelecido passa a constituir um conjunto de relações sociais que por sua vez passam a regular:

1) o acesso de indivíduos e grupos da sociedade aos meios de produção existentes naquela sociedade, ou seja, aquilo que serve para produzir bens que satisfaçam a forma de trabalho na/da sociedade;

2) regular a forma de trabalho na/da sociedade;

3) e finalmente, regular a divisão do que é produzido.

Se as condições de produção dão

(11) HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. 1973.

origem a uma sociedade de classes (tipo de sociedade na qual se situa o Batuque), as relações de domínio, de subordinação e de poder desigual que lhes são inerentes passam a ser um *fato fundamental* na sociedade. Resta entender então a *relação* que se estabelece entre as classes, que não seria uma simples relação de interdependência porém que seria uma relação exercida tanto através da produção, quanto através da ideologia, obviamente que sob formas diversas. Com isso quero dizer que se tomo o Batuque enquanto ideologia religiosa, acho que não posso pensá-lo como campo autônomo dos conflitos sociais. Em síntese, o que me proponho é pensar o Batuque dentro de uma formação social e em vinculação com as relações entre as classes sociais, o que aliás já se encontra concretamente indicado pelos dados empíricos. Penso que se deixo de considerar tal relação, eliminarei consequentemente a possibilidade de entender o significado do Batuque na formação, manutenção ou até mesmo na transformação(?) da sociedade.

Como referencial metodológico que possa propiciar o entendimento da produção ideológica na sociedade de classes, pretendo optar pelo esquema teórico de Gramsci dele tomando de início, duas de suas categorias analíticas fundamentais: - a noção de *bloco histórico* e a noção de *hegemonia*. Recorro ainda a Marx na sua obra *A Questão Judaica*, ao procurar entender a "*emancipação religiosa*" concedida ao "*mineiros*" pelo Es

tado.

A noção de bloco histórico, para Gramsci é formado pela estrutura e pela superestrutura: "A estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto completo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a inversão da praxis"(12).

A superestrutura para ele compreende a sociedade política e a sociedade civil, entendo por sociedade política ou ditadura: o aparelho coercitivo para conformar as massas populares ao tipo de produção e economia de um determinado momento(13). Por sociedade civil entende o "conjunto dos organismos vulgarmente chamados privados". Sociedade civil e sociedade política se reúnem no Estado, e este, tal como o entende Gramsci está constituído "...por el conjunto 'sociedade civil + sociedad política la función de dominación - y los aparatos represivos correspondientes -

(12) GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*, 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 52.

(13) PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977 p. 30.

y la función hegemônica - com los correspondientes aparatos ideológicos. La unidad de estas diversas organizaciones se basa en su concurso comum al mantenimiento de la dominación y/o de la hegemonia de la clase fundamental" (14). A sociedade política sendo o aparelho coercitivo (vai então corresponder ao Governo, aos tribunais, etc), enquanto que a sociedade civil vai corresponder a persuasão, o consenso e a difusão da ideologia das classes fundamentais.

Quanto a noção de hegemonia, pelo que se pode perceber, o conceito pretende dar conta das relações travadas entre as classes sociais. O conceito não pressupõe o exercício do poder para pensar a hegemonia, porém a adesão em torno de uma classe; seja por outra classe, seja por suas funções de classe. Essa adesão implica, de um lado, um domínio - se a hegemonia é pensada como uma das formas de relação entre dominantes e dominados; ou de outro, uma coesão ou consenso - se a hegemonia é pensada como forma de adesão das frações de uma classe sob a direção de uma delas, a qual ficará diferenciada no sistema de classes. Portanto, a hegemonia para Gramsci se manifesta de dois modos: um pelo domínio, outro pela direção intelectual e moral, ou seja: - um grupo social básico domina ao liquidar ou

(14) PORTELLI, Hugues. Gramsci y la cuestión religiosa; una sociología marxista de la religion. Papel 451. Barcelona, Ed Lara, 1977, p. 34.

submeter o adversário; dirige ao conseguir se colocar à frente dos grupos afins e aliados. Teríamos então a seguinte relação: domínio supondo acesso ao poder e o uso de força (função coercitiva); direção supondo direção intelectual e moral (feita pela persuasão) promovendo a adesão por meios ideológicos.

De posse desses dois conceitos fundamentais é que penso começar a entender o que tem sido a trajetória dos batuques de Belém, que pretendo analisar como hegemonia revestida de coerção e de consenso. Devo esclarecer de início, que neste particular ainda me encontro com dúvidas mais do que certezas, razão pela qual não construo nenhuma hipótese como ponto de partida, mas tão somente conjeturas. Não obstante, percebo que toda a trajetória dessa relação começa imbricada nas mudanças políticas que ocorrem no país naquele momento político de 64(15). Mas penso ainda que para entender tal momento, devemos retomar brevemente a sociedade brasileira no período de 60/63.

"...Nos anos de 1961, ...a crise brasileira tornou-se bastante grave, tanto política como economicamente ...a crise econômica manifestou-se da seguinte forma: reduziu-se o índice de investimento, diminuiu a

(15) Quero me referir à aliança entre a burguesia nacional com a burguesia internacional e um certo "consentimento" das mesmas, para que militares exerçam o poder em seu nome.

entrada de capital externo, caiu a taxa de lucro e agravou-se a infração... O governo deveria optar ... favorecer a expansão do capitalismo nacional ou acelerar a internacionalização... Já não havia mais condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista ou capitalismo associado... Além disso, as contradições entre as classes sociais, tanto na cidade como no campo, haviam-se aguçado. Essa foi uma época de intensa politização e organização política das massas camponesa, principalmente do Nordeste..."

"Quanto a crise política, verificou-se uma radicalização bastante acentuada das posições dos partidos de esquerda e direita... a politização das massas urbanas acelerou-se e ampliou-se, devido às frequentes campanhas de reivindicação salarial..."

"Foi no âmbito dessa contradição que se desenvolveu o antagonismo entre as forças políticas favoráveis à expansão do capitalismo... e as forças políticas esquerda, favoráveis à transição pacífica para o socialismo... Nesse contexto foi que germinou o movimento político civil-militar que depôs o Presidente João Goulart a 19 de abril de 1964"(16).

"Como vemos, a derrubada do Govern

(16) IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1950-1970), 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1977, p. 191/197.

no de João Goulart - em 19 de abril de 1964 - está inspirada na interpretação de que o País estava sendo campo de uma verdadeira guerra revolucionária. Segundo se afirmava, destinava-se esta a instaurar a República Sindicalista. As relações do Presidente Goulart com o sistema sindical e os grupos políticos nacionalistas e de esquerda, eram encaradas como manifestações claras de um programa subversivo. Era a democracia populista atingindo desenvolvimentos inesperados para a classe dominante..."(17).

Evidentemente, os movimentos políticos populares devem representar uma ameaça para o equilíbrio do sistema, assim é que o Estado, a partir de 64, aciona seu aparato coercitivo ao assumir como tarefa, desbaratar os grupos que no período populista se constituíram não só em expressão como prática política ideológica: os partidos, as ligas camponesas do nordeste, os sindicatos (sobretudo no sul), os movimentos de educação como o MEB e até mesmo redutos de organização e cultura, de caráter popular(18).

(17) IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 142.

(18) Como os grupos juninos, por exemplo. Em Belém a vinculação entre "terreiros" de Batuque e bois e/ou pássaros juninos é um fato, pois muitos "pais" e "mães-de-santo" também são proprietários.

É interessante notar a relação entre essa tarefa e as cassações políticas. Em Belém, por exemplo, grande parte dos políticos e altos funcionários cassados naquele momento, e que foram: o Governador, Prefeito, Deputados Federais e Estaduais e Vereadores do PSD, funcionários estatais, - tinham redutos eleitorais e/ou profunda amizade com essas de "umbanda-mina" da cidade. Aliás, essa situação já era tradicional, pois, os governos anteriores desde a época populista de 30, fosse do PSD ou CDP (Coligação Democrática Paraense), tinham ligações diretas ou indiretas com os "terreiros" dos subúrbios de Belém.

O momento da dominação, da coerção, da ditadura sobre o que suspeitas se ser, ou vir a ser, uma organização popular, alcança também os "pássaros e bois juninos" através do AI-8 de 2.04.69 - assinado pelo Presidente Costa e Silva(19).

de pássaros. Quando não, os médiums são os mesmos "brincantes" dos cordões juninos.

- (19) Foi o que demonstrou Sidney Piñon concluinte do Curso de Ciências Sociais na UFFa./1981 em seu Trabalho de Conclusão de Curso por nós orientado, intitulado *A Farsa do Prêmio* - um estudo sobre a política do folclore em Belém. Ele demonstra de que forma o AI-8 (que implicou uma Reforma Administrativa) tanto na sua estrutura interna quanto na sua política de promoções folclóricas. En-

Portanto, o que estou querendo demonstrar é que 64 representa o momento de controle da sociedade civil em que se inserem as organizações de caráter popular, tais como a Federação, grupos folclóricos, etc.; é o momento em que todos esses movimentos passam a ser regidos por uma nova cor-relação de forças resultante do rearranjo do poder no país.

Já sobre período que medeia a de-

tendendo a nova máquina burocrática como um Aparelho Repressivo de Estado (Althusser), ele analisa as consequências da nova política dos "Festivais" em sua linguagem de "valorização", "preservação" e "conscientização" do povo e grupos folclóricos. Focalizando o grupo de "pássaro" junino mais famoso de Belém - o "pássaro Rouxinol", Piñon analisa as últimas consequências dessa política qual fosse a "quase matança do Rouxinol". "Matança" significa apresentação do auto apenas até a "caçada" do pássaro pelo caçador. O drama se desenrolando na rua, o caçador avança, faz seu cântico, atira e mata o rouxinol (uma menina). Toca-se a marcha fúnebre, a menina é carregada pelos padrinhos do grupo e pelos guerreiros seguido da maloca (grupo). Toma-se o vinho (sangue do pássaro). Faz-se uma fogueira, joga-se as roupas do pássaro e o pássaro "morre", o que significa o fim do folguedo.

cada de 70, o exercício do poder pela coerção parece ser gradativamente substituído pelo consenso, isto é, a precariedade de um domínio entre classes. Para dar conta desse momento da hegemonia, penso me deter na análise do papel que os intelectuais desempenham no bloco histórico, tomando como critério de definição do termo a imediata função social que um grupo desempenha na sociedade (Gramsci). E também sua distinção de que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Falando sobre a formação dos intelectuais, Gramsci nos diz que "cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial ao mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político". Observo que, se uma classe fundamental aspira a direção da sociedade, a principal função de uns intelectuais será então o exercício da hegemonia e da dominação. E afirma: "os intelectuais são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político(20), pois são eles que elabo-

(20) GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura, 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 3/12.

ram a ideologia da classe dominante dando-lhe consciência de seu papel..." Gramsci mostra que somente após a criação de uma camada de intelectuais que exerça a hegemonia e a coerção, uma classe adquire, realmente, sua hegemonia (cf. Portelli). Portanto, a hegemonia que é assegurada graças ao vínculo orgânico que se estabelece entre a estrutura e a superestrutura, se mediatiza pela ação dos intelectuais.

Através desse quadro teórico, creio que se torna possível entender que os esforços de uma classe dominante se voltem para um campo religioso (Batuque) que na sociedade inclusiva (Belém) representa e exerce grande influência sobre o comportamento de expressivo setor dessa sociedade. Assim, em princípio é possível compreendermos a presença da "gente boa" na rede de relações sociais de cada terreiro e/ou Federação, na medida em que sacerdotes ("pais"/"mães-de-santo" e "alto clero" (Superior Conselho do Ritual da Federação), representam a vinculação entre o proletariado e/ou o lumpemproletariado e a classe dirigente. Quer dizer, a cooptação segue-se o controle, conseqüentemente dos seguidores. O problema será então o de se definir, as estratégias de auto-reprodução da classe dominante, e o grau de ideologia do Batuque(21).

(21) Embora, em termos da estratégias, me parece que o conhecimento das trocas efetuadas via redes sociais, já seja um ponto de partida para análise.

Teorizando sobre os diferentes graus da ideologia Gramsci (apud Portelli) distingue graus qualitativos que correspondem a determinadas camadas sociais: na cúpula, a concepção de mundo mais elaborada a filosofia, no nível mais baixo, o folclore, existindo entre os dois o "senso comum" e a religião. O papel da filosofia no bloco ideológico é representado pela sua influência sobre as concepções de mundo difundidas no interior das classes auxiliares e subalternas: o senso comum. A verdadeira relação entre filosofia "superior" e "senso comum" é garantida pela política, que assim assegura a unidade ideológica do bloco histórico. Debrun nos mostra que o senso comum "... é diverso não só através do tempo como do espaço: existem tantos 'Senso Comum' quantas classes sociais, regiões, e, no limite, bairros. O Senso Comum pertence à ordem do particular, do 'folclore'. E, mesmo no seio de determinado grupo, ele consiste num aglomerado de opiniões sem conexão orgânica, incapazes de se prestarem uma inteligibilidade mútua e que, por isso, se apresentam como dogmas avulsos. É que, além de não constituir uma faculdade... tem múltiplas origens possíveis, todas contingentes. Depende do passado de cada grupo, das influências que sofrem, da maneira como foram ou estão absorvidas essas influências, do grau de incompreensão com que os grupos dominados recebem as mensagens culturais emanadas dos grupos dominantes, do propósito deste a difundirem essas mensa-

gens, etc... A unidade aparente do Senso Comum, quando intervém sob a pressão dos aparelhos ideológicos dominantes, é sempre artificial e superficial" (22), (o grifo é nosso). Nesses termos, acho que seja possível estabelecer uma relação de equivalência entre Batuque e Senso Comum se considerarmos que o culto se caracteriza pelo sincretismo, pela ausência de codificação e padronização. Cultos sincréticos e de constante inovação eclética como é o caso do Batuque, tornam-se vulneráveis a estratégia de auto-reprodução da classe fundamental via seus "comissários". Veja-se por exemplo a reconstrução/desqualificação que "Toia Jarina" sofre na "cabeça" de um "filho" - o Comissário que em diligência policial - que coloca essa força sobrenatural ao lado da coerção, numa representação justamente oposta à sua representação original (23).

:

(22) DEBRUN, Michel. Gramsci: o porquê do bom senso. In: MANUSCRITO, São Paulo, 3 (1):97. (out./1979).

(23) Em minha dissertação de Mestrado mostrava que esses "encantados" como "Jarina", "Mariana" e "Herondina" tinham caráter imprevisível, por isso senso perigosos. Eram (são) dos mais populares no Batuque, são atrevidos, chegando até mesmo a desafiar a força policial conforme citava casos.

Um ponto que me tem chamado bastante a atenção tem sido a ausência no Batuque, de duas coisas:

1º daquilo que Gramsci chamou de intelectual orgânico do proletariado (24);

2º de um projeto de "Bom Senso" (= ideologia "orgânica") (25).

(24) Para Gramsci alguém se torna intelectual orgânico do proletariado: a) por assimilação e conquista ideológica, quando um intelectual burguês adere ao programa do proletariado e à sua doutrina, baseia-se nela, participação sua essência e torna-se parte integrante dela; b) quando surge diretamente da massa; c) quando parte da visão de mundo das massas, libertando-a de todos os entraves, conferindo-lhe uma certa homogeneidade e uma certa coerência, para elaborar, com a massa, uma clara e precisa consciência de si mesma e de seu dever (cf. Maccioocchi *A Favor de Gramsci*, 2a. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977).

(25) Recentemente, em curso que ministrei no IPAR (Instituto da Pastoral Regional - CNBB), pude observar de perto que na Pastoral nos bairros não se dava muita atenção à problemática específica dos "terreiros". Percebi que a ideologia era tomada como expressão imediata da infra-estrutura, o que para Gramsci seriam um infantilismo primitivo a ser comba-

O caso que parece ter se apresentado (o radialista/político do MDB) na verdade foi uma "elaboração que não deu certo", embora fique difícil responder aqui o "porque" de não ter dado certo - se erro de "fala" ou o esboço de uma autopercepção de uma situação de posição dominada (e aqui de vemos lembrar o próprio início da Federação).

Finalmente entro no aspecto da liberdade (emancipação) religiosa concedida pelo Estado aos "umbandistas", partindo do entendimento de dois pontos:

1) do significado do Estado capitalista;

2) de que espécie de emancipação se trata e quais as condições implícitas da emancipação que se postula (26). Ao tratar essa questão sigo muito de perto Marx, para quem o Estado não é algo que paira sobre a "sociedade civil" e nem exprime a vontade geral; porém o Estado estaria inserido no jogo das relações entre as pessoas, os grupos, as classes sociais. O Estado para ele precisa ser compreendido simultaneamente como uma "colossal superestrutura" do regime capitalista

tido (Gramsci, Antonio. *Concepção Dialética da História*, 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 117).

(26) Essas são questões colocadas por Marx em "A Questão Judaica" na sua crítica à crítica de Bruno Daner sobre a situação dos judeus na Alemanha em 1845.

e como o "poder organizado de uma classe" social em sua relação com as outras(27). Estado e sociedade não são politicamente distintos; o Estado é a estrutura da sociedade que no processo de sua realização já se constitui fetichizado, isto é, na consciência e prática das pessoas surge como algo abstrato, fruto de vontade coletiva e externo a sociedade civil. Assim é que a Portaria 364 surge para os "umbandistas" como "liberdade", "igualdade" que os reconhece como iguais a todos os cidadãos, de acordo com a Constituição. Só que eles não percebem que "O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, coparticipante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida-real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo isto é, como propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza especial"(28).

[27] MARX, Karl. *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Lisboa, Ed. Estampa, 1971.

[28] MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Ed. Laement, 1969 p.25.

Já na "Ideologia Alemã", Marx mostrou como o Estado e a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época. Segue-se disso, diz ele, que "todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política(29). Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade livre. E, da mesma maneira, por sua vez, se reduz o direito à lei".

Portanto, nessa questão de "emancipação" dos "umbandistas" diria como Marx: "a religião já não constitui para nós o fundamento, apenas e simplesmente, constitui o fenômeno de limitação secular". Do meu ponto de vista, trata-se de uma política de controle do Estado (leia-se interesses dominantes) sobre o proletariado

(29) Situação análoga parece ter sido o projeto de emancipação do Índio proposta pelo Estado. Grande parte (senão maioria) da opinião pública aplaudia a medida de concessão de maioridade, de igualdade, de cidadania ao índio sem perceber que o "Índio igual" por aquela medida seria lançado num universo de relações sociais, o mesmo que instituiria uma modalidade de desigualdade. Ver José de Souza Martins em *Expropriação & Violência* - a questão política no campo. Ed. Hucitec, São Paulo, 1980.

(leia-se adeptos do culto). Por outro lado, o conteúdo dessa política de controle me parece ser dada sobretudo pela vinculação que é feita entre a lei maior (Constituição) e a lei específica para os "umbandistas" (Portaria 144 e 364). Essa vinculação, se melhor examinada, deverá também exprimir uma determinada concepção de como deverão ser reorganizadas, daqui por diante, as relações entre as classes (30).

(30) Acho que poderíamos fazer aqui uma extrapolação e dizer das semelhanças que essa política tem com a política de controle da classe operária no governo Vargas. Quero dizer que lá, a "questão social" é assumida pelo Estado como assunto dele (Estado) que "resolve" a seu modo, o problema, vinculando legislação trabalhista e legislação sindical compondo uma mesma política de controle pelo Estado, da movimentação da classe operária. É o que mostram Maria Silvia Hadler em seu artigo "A Política de Controle da Classe Operária no Governo Vargas" e Lígia Osório Silva em "A Luta pela Regulamentação do Trabalho da Primeira República", ambos publicados na Revista "Cara a Cara". Ano I, nº 2, Julho/Dez, 1978, UNICAMP, São Paulo.

ESTRUTURAS E PROCESSOS POLÍTICOS RELACIONADOS COM A ZONA FRANCA DE MANAUS

Amilcar Alves Tupiassu
Deptº de Ciências Sócio-Políticas
Universidade Federal do Pará

I INTRODUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PRESENTE DOCUMENTO

1.1 SOBRE CONTEÚDO E PRINCIPAIS ACLARAÇÕES

O presente documento constitui subsídio à pesquisa "Avaliação Tecnológica da Industrialização da Zona Franca de Manaus", em realização pela Coordenação de Tecnologias, CNPq, Brasília.

Tal como o sumário *retro* o indica, procura elucidar estruturas e processos em relação à ZFM (Zona Franca de Manaus) quanto a três situações - a da criação, a da efetiva implantação inicial e a da implementação ou funcionamento real⁽¹⁾ (inclusive ensaiando prospectivas) - buscando determinar estruturas de poder atuando em Manaus com importância explícita para a expansão do capital via ZFM e processos políticos relacionados com o controle de tais estruturas.